

NOTA DOS ORGANIZADORES

Uma vez lançado o 1º Volume da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional, que inegavelmente caracterizou-se como relevantíssimo marco para a construção e fortalecimento de uma doutrina sobre as Corregedorias dos Ministérios Públicos brasileiros, é com grande satisfação que apresentamos o 2º Volume da Revista Jurídica, que terá como temática central “A Atuação Orientadora das Corregedorias do Ministério Público”.

Neste novo lançamento da Revista Jurídica, é possível verificar que o altíssimo nível teórico alcançado pela edição inaugural foi mantido, o que reforça a grande alegria em poder entregar ao leitor uma revista especializada e de qualidade sobre assuntos de fundamental importância para o bom desenvolvimento teórico e prático do Ministério Público brasileiro.

O presente volume contará com os seguintes artigos e autores:

1. Gregório Assagra de Almeida, Jairo Cruz Moreira, Paulo Roberto Moreira Cançado e Pedro Henrique Esteves Freitas – “Função Orientadora das Corregedorias do Ministério Público e a Realização de Acordo de Resultados”.

2. Marcelo Pedroso Goulart – “Órgãos de Execução, Escolas Institucionais e Corregedorias na Dinâmica do Ministério Público”.

3. Armando Antônio Lotti – “Breves Considerações sobre o Estágio Probatório dos Membros do Ministério Público”.

4. Maria Clara Mendonça Perim – “O Ministério Público e o Desafio da Democracia: congruência, reconhecimento e interação na pauta de resultados institucionais”.

5. Humberto Eduardo Pucinelli – “Recomendação das Corregedorias: relevante instrumento de orientação e resolutividade”.

6. Hermes Zaneti Jr. – “CPC/2015: O Ministério Público como Instituição de Garantia e as Normas Fundamentais Processuais”.

7. Fernando Rodrigues Martins – “Corregedorias do Ministério Público e Legitimidade Procedimental: a função orientação na promoção da administração pública responsiva”

8. Danielle Martins Silva e Diogo Abe Ribeiro – “Função Orientadora das Corregedorias do Ministério Público na Promoção da Igualdade de Gênero”.

9. Alexandre de Castro Coura e Bruno Gomes Borges da Fonseca – “Entre Unidade e Independência: reflexões acerca da atuação das corregedorias no Ministério Público brasileiro”.

10. Gregório Assagra de Almeida, Pedro Henrique Esteves Freitas e Rodrigo Iennaco de Moraes – “Possibilidades e Limites da Atividade Disciplinar dos Órgãos Investigativos e Correcionais Deflagrada por Denúncia Anônima”.

11. Alexandre Lima Raslan – “A Terceira Onda da Função Orientadora na Área Ambiental e o Protagonismo das Corregedorias”.

12. Alexandre Reis de Carvalho e Rebecca Aguiar Eufrosino da Silva de Carvalho – “Curso de Ingresso e Vitaliciamento: uma possível e necessária abordagem profissionalizante e humanística”.

13. Paulo Roberto Dantas de Souza Leão, Anísio Marinho Neto, Mac Lennon Lira dos Santos Leite, Francisco Hélio de Moraes Júnior, Alexandre Matos Pessoa da Cunha Lima e Leonardo Dantas Nagashima – “Recomendações em correição ordinária: orientações para otimização de desempenho funcional”.

Artigo sobre Experiências Internacionais: Eduardo Pimentel de Vasconcelos Aquino e Cláudio Henrique Portela do Rego – “O Problema da Irracionalidade na Tomada de Decisão: a experiência norte-americana na orientação de membros do Ministério Público”.

Diálogo Multidisciplinar: Lenna Luciana Nunes Daher e Daniella Ferreira Vieira Leite – “Estudos e Pesquisas como Métodos de Qualificação da Atuação das Corregedorias do Ministério Público”.

Comentários sobre Jurisprudência: Rodrigo Oliveira Carvalho Santos, Gregório Assagra de Almeida e Lenna Luciana Nunes Daher – “Comentários à decisão do STF na ação cível originária 924 - Conflito de Atribuição entre o Ministério Público do Estado do Paraná e o Ministério Público Federal): o reconhecimento da unicidade Orgânica do Ministério Público Brasileiro e alguns de seus possíveis reflexos no trabalho das Corregedorias da Instituição”.

Boas Práticas: Carta de Brasília

Outro motivo de comemoração é que o presente volume, pela primeira vez, contou com a participação de artigos acolhidos por meio do edital de chamada nº 33/2016, publicado no Diário Eletrônico do CNMP, de 15 de agosto de 2016, abrindo, assim, um novo canal de captação de trabalhos produzidos pela comunidade jurídica, interessada em contribuir com o desenvolvimento da temática do controle e desenvolvimento que são promovidos pelas Corregedorias do Ministério Público.

Dito isso, só nos resta agradecer aos participantes da revista, aos seus colaboradores diretos e indiretos, ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Corregedor Nacional, Dr. Cláudio Henrique Portela do Rego e desejar a todos uma ótima leitura!

**GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA
MARCELO PEDROSO GOULART
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
LENNA LUCIANA NUNES DAHER**